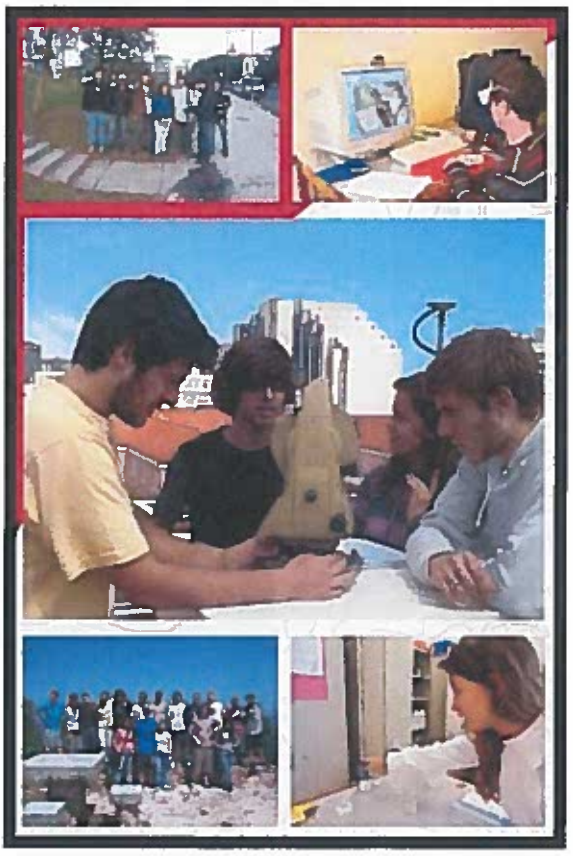
ESCOLA PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS



PROJETO EDUCATIVO

2015-2018

EPCG, dezembro 2015

"Educar é ajudar alguém a tomar conta de si próprio."

José de Almada Negreiros

Índice

I. INTRODUÇÃO 5
II. PRINCIPIOS ORIENTADORES DO PROJECTO EDUCATIVO PARA 2015 – 2018 5
III. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA 7
1. Breve retrospetiva histórica da Escola 7
2. Meio físico e social 8
3. Dimensão e condições físicas da escola/Instalações 9
4. Oferta Formativa 9
4.1. Formação inicial 9
4. 2. Formação contínua para o exterior 10
5. Estruturas de coordenação educativa 10
5.1. Órgãos de Direção, Administração e Gestão 10
5.2. Conselho Pedagógico 10
5.3. Conselho Consultivo 11
5.4. Departamentos curriculares 11
5.5. Orientadores Educativos de Turma (OET) 12
5.6. Serviços técnico-pedagógicos 12
6. População Escolar 13
7. Financiamento 16
IV. DIAGNÓSTICO 16
V. PRINCÍPIOS E METAS 18
VI OPERACIONALIZAÇÃO 24
VII AVALIAÇÃO 24
ANEXOS 26

I. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo de Escola para o triénio 2015-2018 atualiza o anterior Projeto Educativo, definindo a finalidade e missão da escola, de acordo com as políticas educativas, com vista a potenciar a melhoria organizacional e o sucesso escolar e educativo, não obstante a sua singularidade e todos os constrangimentos atuais.

Na sua elaboração foram tidos em conta a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, e os seguintes documentos:

- Projeto educativo anterior (2008-2011);
- Regulamento interno;
- Planos anuais de atividades 2011-2014;
- Relatórios anuais de atividades 2011-2014;
- Relatório da avaliação externa da IGE, em fevereiro 2011;
- Contributos dos órgãos, estruturas e intervenientes da comunidade educativa.

O projeto pretende ser benéfico e funcional para a comunidade educativa, coerente com os princípios que estabelece, valorizando a responsabilização de cada um e de todos os membros da comunidade escolar em torno de um propósito comum.

Com este projeto educativo pretende-se traçar o percurso da escola, materializar a sua singularidade e potenciar a melhoria organizacional e o sucesso escolar e educativo.

II. PRINCIPIOS ORIENTADORES DO PROJETO EDUCATIVO PARA 2015 - 2018

Enquadramento Jurídico

Na conceção e princípios orientadores do presente projeto educativo foi tido em conta o enquadramento jurídico fundamental mais recente do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, que define:

- Os princípios gerais de orientação da autonomia, da administração e da gestão dos agrupamentos e das escolas não agrupadas (artigo 3.º);
- Os princípios orientadores e objetivos da organização da autonomia, da administração e da gestão dos agrupamentos e das escolas não agrupadas (artigo 4.º).

Segundo estes princípios, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos e das escolas não agrupadas organizam-se no sentido de:

a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;

b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;

c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;

d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;

e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;

f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;

g) Proporcionar condições para participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

O sucesso desta escola, enquanto organização, residirá em primeiro lugar na capacidade de mobilizar interesses, congregar esforços e gerir as diferenças harmoniosamente, de modo a instaurar um todo significativo e significante na construção e consolidação de aprendizagens e aquisição de competências pelos alunos.

A partir da avaliação/análise dos pontos fortes e fracos existentes na escola, pretende-se criar as condições organizacionais de qualidade que ajudem e facilitem o trabalho de todos, pois só desta forma a escola disporá das condições necessárias que a orientem para o sucesso.

Com as mudanças ocorridas em todo o mundo e a todos os níveis (económico, politico e social), deparamo-nos com a necessidade urgente de dotarmos os nossos alunos de competências e atitudes moldáveis e ajustáveis às transformações diárias, onde cada vez mais a sobrevivência do ser humano está associada à qualidade da sua formação e à sua capacidade de adaptação à mudança.

De modo a conferir maior qualidade ao serviço prestado pela escola, serão adotadas novas práticas de educação e de formação profissional inicial e ao longo da vida, preconizando o reforço da autonomia da escola, a valorização dos contextos e a diferenciação pedagógica.

Tais mudanças implicam, necessariamente, alterações na organização e gestão das escolas, nos processos de tomada de decisão, com especial atenção às culturas da

escola, à diversidade cultural, às parcerias educativas e à formação e desenvolvimento dos agentes educativos.

Continuando o insucesso escolar a ser entendido como resultado não só de um défice social, mas também de um défice económico, só poderemos pensar em assegurar a igualdade e o sucesso dos alunos se o ensino se adaptar à sua diversidade, isto é, se conseguirmos uma diferenciação de formações em função da diversidade dos alunos.

Com este Projeto Educativo, pretende a EPCG formar os alunos para uma vivência plena da cidadania, desenvolver as suas competências, respondendo às suas expectativas de uma aprendizagem para o desempenho de uma profissão, não esquecendo a possibilidade de prosseguimento de estudos.

Este documento deve ser entendido como um documento orientador e dinâmico, cuja pertinência e funcionalidade se impõe avaliar regularmente, à medida que a escola vai sendo confrontada com novas situações e realidades, devendo ser atualizado periodicamente em função dos acontecimentos que ocorrem na sociedade civil, do avanço tecnológico e das orientações das tutelas do Ministério de Educação e do Ministério do Ambiente.

III. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1. Breve retrospetiva histórica da Escola

A Escola Profissional de Ciências Geográficas (EPCG), criada pela Portaria nº 809/2000 de 22 de setembro, no quadro do regime jurídico do ensino profissional, consagrado pelo Decreto-lei nº 4/98, de 8 de janeiro, surge como resultado de um processo de transformação da Escola Profissional de Cartografia e Cadastro (EPCC), em 1991, por contrato-programa celebrado ao abrigo do Decreto-lei nº 25/89, de 21 de janeiro, que tinha como promotor o Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC), atual Direção Geral do Território (DGT).

Tendo sido reconhecida a relevância da experiência levada a efeito pela EPCC, dado o importante contributo do seu projeto pedagógico para a formação de jovens, na área das ciências geográficas, e para o desenvolvimento económico-social, procedeu-se à integração da EPCC na rede pública de estabelecimentos de ensino, com a denominação de Escola Profissional de Ciências Geográficas.

A EPCG faz parte da rede de escolas profissionais do ensino público do Ministério da Educação. A sua atividade insere-se, a nível mais geral, no âmbito das Ciências Geográficas, do Ordenamento do Território e do Ambiente, contribuindo para a formação

e aperfeiçoamento profissional de técnicos para estas áreas, com ênfase para os setores da Topografia, Cartografia, Sistemas de Informação Geográfica e Gestão do Ambiente.

2. Meio físico e social

É uma escola de âmbito nacional que tem formado técnicos de todo o país, do Continente e das Regiões Autónomas, com particular incidência para os oriundos da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os alunos da EPCG não provêm da zona onde a escola se situa, sendo raros os alunos residentes nas freguesias envolventes à escola.

Meio envolvente

A caracterização do meio envolvente não é relevante em termos de origem dos alunos mas sim das condições que oferece à comunidade escolar, nomeadamente aos alunos oriundos de regiões distantes que procuram residência próximo da Escola.

Localização

A escola situa-se numa zona central de Lisboa, bem servida de transportes e com fácil acesso a serviços e instituições públicas, sendo a habitação e o alojamento relativamente caros em relação a outras zonas da cidade.

Contexto social: o mercado de trabalho

Os empregadores dos nossos profissionais são, sobretudo, as empresas de construção civil, topografia, cartografia, serviços técnicos de implementação de sistemas de informação geográfica, gestão e monitorização dos recursos naturais, gestão da qualidade do ambiente e do desenvolvimento sustentável, para além dos organismos da administração central e local, ligados às obras públicas, ao ambiente, planeamento e ordenamento do território e à proteção civil.

O decréscimo acentuado do investimento na área da construção civil e obras públicas e atividades conexas, bem como as medidas de políticas adotadas no ensino profissional, têm afetado de forma muito evidente a população e vida escolares da EPCG, o que a tem obrigado a reequacionar algumas das suas estratégias, com vista ao cumprimento da sua função social. Estes fatores externos têm provocado na EPCG uma diminuição progressiva do número de alunos que procuram os nossos cursos.

Todavia acreditamos que a curto e médio prazo a situação se irá alterar e a Escola continuará a sua missão na formação e qualificação profissional nestas áreas, até porque a sociedade e, consequentemente o mercado de trabalho, têm ultimamente tido uma

apetência para a georreferenciação da informação, em parte por influência da extraordinária evolução dos ambientes SIG (sistemas de informação geográfica) e das tecnologias de posicionamento, aliada ao desenvolvimento de projetos em áreas como o ordenamento do território e o ambiente.

3. Dimensão e condições físicas da escola/Instalações

A EPCG é considerada uma escola pequena, em número de alunos, no contexto geral das escolas secundárias.

A EPCG funciona em instalações da Direção-Geral do Território, organismo público do MA, responsável pelo referencial geodésico, pela produção de cartografia topográfica oficial, pela execução do cadastro predial e pelo desenvolvimento e coordenação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG), do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) e da plataforma de dados abertos www.igeo.pt.

A EPCG ocupa uma pequena parte dos pisos 1 e 2 do edifício 1. As instalações apresentam uma boa qualidade construtiva e têm vindo a ser adaptadas às necessidades da escola tendo-se, ao longo do tempo, melhorado a sua funcionalidade.

4. Oferta Formativa

4.1. Formação inicial

A formação inicial é a principal área de intervenção da Escola, estando atualmente em funcionamento 2 cursos profissionais de 3 anos de dupla certificação, académica de 12.º ano de escolaridade e profissional de nível 4 (qualificação do Quadro Nacional de Qualificações):

1. Curso de Técnico de Sistemas de Informação Geográfica (criado pela Portaria n.º 1318/2006, de 23 de novembro);
2. Curso de Técnico de Gestão do Ambiente (criado pela Portaria n.º 906/2005, de 26 de setembro).

A escola também oferece os Cursos de Topógrafo-Geómetra (criado pela Portaria n.º 1298/2006, de 22 de novembro) e de Técnico de Cartografia, nas variantes de Cartógrafo e de Fotogrametrista (criado pela Portaria n.º 1304/2006, de 23 de novembro), que atualmente não têm alunos inscritos.

4. 2. Formação contínua para o exterior

Considerando a importância que representa, hoje em dia, a educação e formação profissional no aprofundamento de conhecimentos e na melhoria das práticas ao longo da vida, a EPCG oferece formação contínua para a atualização profissional de técnicos e utilizadores de informação geográfica e cadastro predial.
O plano de formação anual contempla ações formação para as áreas de urbanismo e ordenamento de território e sistemas de informação geográfica.

5. Estruturas de coordenação educativa

5.1. Órgãos de Direção, Administração e Gestão

Os órgãos de direção, administração e gestão encontram-se estruturados como estipulado no diploma de criação da escola, Portaria nº 809/2000 de 22 de setembro, sendo compostos por direção, conselho pedagógico, conselho administrativo e financeiro e conselho consultivo.
A direção é composta por diretor executivo, diretor pedagógico e vogal. O diretor preside, também, ao conselho pedagógico.
A atual direção iniciou funções a 1 de abril de 2015 por proposta da Direção-Geral do Território (DGT) e nomeação da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e o ano letivo 2015/16 é o primeiro ano que esta direção inicia integralmente.
Apresenta-se no anexo 1 o organograma da escola.

5.2. Conselho Pedagógico

No início do ano letivo 2015/16, foi necessário nomear o Conselho Pedagógico.
O Conselho Pedagógico deve ser constituído por docentes da escola que possam exercer um mandato de 4 anos, em conformidade com o ponto 1, do Art.º 25, do Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho e que possam fazer parte da Secção de Avaliação de Desempenho Docente e exercer a função de avaliadores, de acordo com a legislação vigente.
A escola não possui três docentes para indicar como elegíveis para o cargo de coordenador de cada um dos departamentos curriculares, que estejam em efetivo exercício de funções. A escola tem um único professor do quadro em exercício de funções na área científica e, na área sociocultural, tem 2 professores de carreira em exercício de funções, sendo um do quadro e o outro o diretor pedagógico da escola. Na

área técnica, a escola tem apenas um técnico especializado profissionalizado contratado. Os restantes docentes em exercício de funções, este ano letivo, são contratados.
Assim, dado que a lista de candidatos que a diretora poderia apresentar entre os docentes mais qualificados e que reúnem todas as condições necessárias ao exercício dos cargos, seria composta pelos docentes que são os atuais coordenadores de departamento, a diretora nomeou todos os elementos do Conselho Pedagógico que se encontravam em funções, por um mandato de 4 anos.

5.3. Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo, de acordo com o diploma de criação da Escola, a Portaria nº 809/2000 de 22 de setembro, é constituído por representantes da DGT, da DGEstE, da sociedade civil e da escola e compete-lhe pronunciar-se sobre o projeto educativo e plano anual de atividades.
Dentro das suas competências, a direção diligenciou no sentido de que o Conselho Consultivo seja constituído e possa reunir de acordo com o estipulado na legislação.

5.4. Departamentos curriculares

Os departamentos curriculares correspondem às componentes de formação dos cursos profissionais. São os seguintes:

Departamento	Grupo de Recrutamento	Código
Sociocultural	Português	300
	Inglês	330
	Informática	550
	Educação Física	620
	Educação Especial	910
Científico	Geografia	420
	Matemática	500
	Física e Química	510
	Biologia e Geologia	520
Técnico	Técnicos Especializados	Sem código

Para o ano letivo 2015/16, para os cursos de Técnico de SIG e Técnico de Gestão de Ambiente, o departamento técnico tem necessidade de técnicos especializados para as disciplinas de Ordenamento do Território, Ordenamento do Território e Ambiente,

Qualidade Ambiental, Métodos Geocartográficos, Projetos em Ambiente, Sistemas de Informação Geográfica, Aplicações Informáticas e Conservação da Natureza.

5.5. Orientadores Educativos de Turma (OET)

Com o objetivo de garantir uma estreita coordenação entre pais/encarregados de educação e a escola, os orientadores educativos de turma promovem regularmente reuniões e contactos presenciais, telefónicos ou pelas vias de correio postal e eletrónico.
É uma estrutura intermédia importante na vida da escola que tem como objetivos promover a formação integral dos alunos, o seu sucesso escolar, e estabelecer a ligação entre a escola e a família e os EE. Os OET fazem, de uma forma sistemática e regular, o acompanhamento do progresso e aproveitamento dos alunos, e em estreita colaboração com os restantes docentes o encaminhamento de alunos para os apoios educativos. O papel dos OET incide também na prevenção da indisciplina e cumprimento integral dos direitos e deveres dos alunos, o que implica uma ligação permanente com os encarregados de educação. No que diz respeito à prevenção do abandono escolar destaca-se a articulação constante com o diretor pedagógico.
Os OET garantem ainda a concretização da interdisciplinaridade necessária a visitas de estudo e outras atividades de enriquecimento curricular, em sede de conselho de turma.

5.6. Serviços técnico-pedagógicos

Os serviços técnico-pedagógicos incluem as áreas de apoio socioeducativo e biblioteca escolar e centro de recursos.

Ação social escolar (ASE)
A ação social escolar é financiada pela DGESTE, e os serviços administrativos e financeiros são responsáveis pelas verbas da ASE e sua distribuição pelos alunos com direito a estas medidas. No presente ano letivo, a escola tem 1 aluno do escalão A e 3 alunos do escalão B, num total de 4 alunos, conforme anexo 3.

Educação especial
O serviço de Psicologia e Orientação (SPO) dispõe atualmente de um professor especializado que dá apoio a alunos com necessidades educativas especiais, num total de 3 alunos (anexo 4). O docente de educação especial assegura um trabalho articulado com os encarregados de educação, os orientadores educativos de turma e diretor

pedagógico, bem como, com todos os outros professores que constituem cada conselho de turma. Presta apoio individual especializado fora da sala de aula, de acordo com o previsto no programa educativo individual dos alunos.

Biblioteca

Dada a dimensão da escola, a biblioteca escolar não se encontra integrada na rede de bibliotecas escolares.

A biblioteca foi inaugurada em 2012 e pretende assegurar a concretização de um conjunto de objetivos que visam:

- Disponibilizar os recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projetos de trabalho;
- Integrar os materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos organizados em função de diferentes temas;
- Providenciar acesso aos recursos e às oportunidades que confrontem os alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação;
- Estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela cultura;
- Ajudar os professores a planificarem as suas atividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem.

O serviço na biblioteca escolar é assegurado por uma professora e uma assistente técnica (Contrato de Emprego-Inserção).

6. População Escolar

Alunos

A população-alvo dos cursos ministrados é a de jovens que tenham concluído o ensino básico e que pretendam ingressar num curso profissional que os qualifique para o primeiro emprego ou que lhes permita a prosseguimento de estudos.

Até 2012 a base de recrutamento dos alunos da escola era constituída por jovens, com habilitações superiores ao 9º ano de escolaridade e inferior ao 12º ano de escolaridade, que já tinham outras experiências de ensino e as abandonavam por não corresponderem aos seus objetivos. A escola recebia ainda, em menor número, jovens que concluíam o 9º ano de escolaridade, e pretendiam continuar os seus estudos em simultâneo com uma

formação profissional que os habilitasse a ingressar no mercado de trabalho e desempenhar uma profissão,

Com a publicação do Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, deixou de ser possível a inscrição de jovens com mais de 20 anos de idade, o que tornou inviável a frequência destes cursos por jovens que procuravam reorientar o seu percurso formativo através das modalidades de formação oferecidas pela escola.

No cumprimento do referido decreto, esta escola tem nos últimos anos recusado muitas inscrições de jovens que, não tendo concluído o 12º ano de escolaridade, já têm mais de 20 anos e a quem, consequentemente, está vedado o acesso a este tipo de formação.

No ano letivo de 2015/16, a população escolar, num total de 26 alunos, é composta por 12 alunos no 1º ano de GA (10º ano), 7 alunos no 2º ano de GA e SIG (11º ano) e 7 alunos no 3º ano de GA (12º ano).

A distribuição dos alunos pelos diferentes cursos está referenciada no anexo 2

É uma população escolar constituída por jovens entre os 15 e os 20 anos de idade, originários de todos os estratos sociais e de diversos países.

O nível socioeconómico dos alunos é bastante variável, desde alunos que provêm de famílias com recursos e profissões superiores a alunos que não têm recursos familiares suficientes e têm que trabalhar para se manterem a estudar. Existem famílias de várias classes, com uma relativa predominância da classe média baixa.

Existem atualmente cerca de 15% de alunos subsidiados pela ASE.

Pessoal docente

O corpo docente da EPCG é constituído por professores do Ministério da Educação para as disciplinas das componentes sociocultural e científica e, para as disciplinas da área técnica, os professores são profissionais que exercem as suas atividades noutros organismos (alguns são quadros da DGT) e em empresas privadas.

O serviço docente é assegurado por 20 professores, sendo 2 do quadro de nomeação definitiva, 1 em comissão de serviço, 6 docentes contratados e 11 técnicos especializados contratados (anexo 5). É de salientar que 8 dos professores possuem mestrado (anexo 6). A faixa etária predominante do pessoal docente é entre os 40 e 50 anos (anexo 7).

É uma escola cujo pessoal docente tem uma longa experiência profissional e elevadas qualificações académicas.

Existem ainda dois professores do quadro da escola que se encontram em mobilidade, um ao abrigo do art.º 68º alínea b) do Estatuto da Carreira Docente e o outro por ausência de componente letiva

Pessoal não docente

O pessoal não docente (anexo 8), todo do sexo feminino, distribui-se em duas categorias:

3 Assistentes técnicos do mapa de pessoal;

1 Assistente operacional do mapa de pessoal.

As assistentes técnicas têm o 12º ano de escolaridade como habilitação literária, tendo uma formação específica para a área financeira. O nível etário varia entre os 35 e os 56 anos. A assistente operacional tem o 12º ano de escolaridade como habilitação literária e 43 anos de idade.

A avaliação de desempenho do pessoal não docente faz-se de acordo com o SIADAP 3.

Dado que este número de funcionários é insuficiente para o desempenho das tarefas que lhes estão adstritas, comprometendo as exigências duma gestão de excelência, tem a Direção de Serviços de Educação de Lisboa e Vale do Tejo da DGEstE autorizado a contratação de assistentes através de Contratos de Emprego-Inserção (CEI) com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Para além do pessoal anteriormente referido, dois elementos da Direção, a Diretora Executiva e a Vogal, que pertencem ao mapa de pessoal da DGT, exercem funções na EPCG em regime de comissão de serviço, e apenas o Vogal tem funções de docência.

Formação contínua

A escola deve prestar um serviço público de qualidade, e para tal deve garantir a permanente renovação dos saberes teóricos e práticos. Assim, no próximo triénio, a escola irá continuar a investir na formação contínua, transversal ao pessoal docente e não docente, reconhecendo-a como fundamental para a concretização da qualidade profissional e contributo para o sucesso educativo dos seus alunos.

Parcerias

A escola desenvolve esforços para consolidar e aprofundar projetos já existentes com as diversas entidades parceiras e promover novos projetos no âmbito das parcerias estabelecidas. Elencam-se algumas entidades parceiras:

- Direção-Geral do Território;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Agência Portuguesa do Ambiente;
- Infraestruturas de Portugal;
- Instituto Superior de Agronomia;

- Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.;
- Liga para a Proteção da Natureza;
- Câmara Municipal de Sintra;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Banco Alimentar contra a Fome.

7. Financiamento

O financiamento público da EPCG é proveniente do Orçamento de Estado, de acordo com a portaria de criação da escola, e é assegurado em partes iguais pelos Ministérios de Educação e do Ambiente. Nos encargos a suportar por cada um dos ministérios, devem ser considerados os recursos disponibilizados por cada uma das partes, designadamente os relativos a instalações, equipamento e pessoal.

Apesar de todos os esforços empreendidos, ainda não foi possível reunir as condições necessárias para o regular financiamento da escola, fundamentalmente devido à ausência de definição do protocolo a celebrar entre os serviços competentes dos dois ministérios que a tutelam.

O pagamento tanto dos vencimentos dos trabalhadores como para o funcionamento da escola tem dependido apenas da contrapartida do Ministério da Educação, sendo requisitado mensalmente ao Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE, I. P.), e das receitas próprias, situação que tem vindo a condicionar a atividade da escola.

Dado a escola se encontrar na região de Lisboa e Vale do Tejo, as candidaturas ao programa POCH - Portugal 2020 ficam mais condicionadas, comprometendo o desenvolvimento da escola para a promoção do sucesso educativo, o combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade, bem como a aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade.

IV. DIAGNÓSTICO

Identificam-se pontos fortes, pontos fracos, constrangimentos e oportunidades.

Pontos fortes

- Apesar dos resultados escolares dos alunos da escola, medidos pela taxa de sucesso de 3 anos, serem de 50%, praticamente todos os alunos concluem o curso;
- Implementação de medidas de reforço educativo, tais como:

- apoio pelo respetivo professor, em algumas disciplinas, integrado no horário dos alunos, para alunos que revelam maior índice de insucesso escolar;
- planos de recuperação para alunos que revelam problemas no processo de ensino/aprendizagem;

- Instalação de equipamentos multimédia (computadores e projetores) nas salas de aula;
- Utilização massiva da plataforma de aprendizagem Moodle por toda a comunidade escolar;
- Organização e funcionamento pedagógico adequados a um serviço público de qualidade, não obstante os constrangimentos decorrentes da localização da escola;
- Gestão aberta da escola, utilizando sempre uma dinâmica de debate e partilha dos problemas entre os seus órgãos, estruturas e agentes;
- Evolução no desenvolvimento de estratégias e atividades transversais, quer a nível das turmas, quer a nível dos departamentos;
- Boa qualidade e diversidade de atividades curriculares e extracurriculares que promovem o desenvolvimento social, cultural e crítico dos alunos;
- Melhoria da utilização das novas tecnologias para divulgação e informação interna e externa da escola, mediante o aperfeiçoamento da sua página;
- Interação permanente com antigos alunos e antigos professores;
- Criação de um dia aberto à comunidade, envolvendo um conjunto de atividades capazes de reforçar uma cultura de proximidade e a divulgação do trabalho realizado.

Pontos fracos

- Diminuição geral do número de alunos;
- Elevada rotatividade do corpo docente.

Constrangimentos

- Meio socioeconómico desfavorecido a que a maioria da população discente da escola pertence;
- Baixa literacia das famílias de onde provêm os nossos alunos;
- Número insuficiente de assistentes técnicos e operacionais;
- Espaço para a prática da Educação Física longe das instalações da escola;
- Decréscimo acentuado do investimento na área da construção civil e obras públicas que se reflete de forma muito evidente na população da escola;

- Medidas da política educativa adotada no ensino profissional que se reflete na redução do número de alunos que se podem inscrever na escola.

Oportunidades

- Divulgação atempada na página da escola de informações, documentação e atividades;
- Desenvolvimento de uma maior envolvência das instituições com as quais a escola mantém parcerias;
- Aumentar a divulgação dos cursos e da escola;
- Investimento na procura de novos públicos e de novas necessidades, com vista a aumentar a oferta formativa da escola.

V. OBJETIVOS E METAS

Os objetivos e metas do projeto são:

- Uma escola pública que garanta uma formação integral das pessoas e promova hábitos de vida saudáveis e responsáveis orientados pelos princípios do desenvolvimento sustentável;
- Uma escola aberta que garanta uma justa igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, fundamental para o prosseguimento dos estudos e para a inserção no mercado de trabalho;
- Uma escola como instituição de referência nos planos educacionais, cultural, social e cívico cumprindo a sua missão de serviço público e reforçando o diálogo entre todos os intervenientes da comunidade educativa;
- Uma escola que concilia rigor, exigência e competência com afetividade, solidariedade, autonomia e espírito crítico, assegurados por uma visão humanista e por uma formação contínua e diversificada do seu pessoal docente e não docente;

Objetivos gerais, Estratégias de operacionalização e sua Avaliação

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
1. Promover o sucesso escolar 1. Melhorar os	Diversificar e adequar estratégias e metodologias de ensino Prestar apoio educativo individualizado a alunos com módulos em atraso Selecionar e promover atividades	Registo das estratégias pedagógicas, dos planos implementados e dos resultados conseguidos Relatórios e balanços do

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
resultados de aprendizagem 2.Reduzir a taxa de absentismo e de abandono escolar	extracurriculares que favoreçam o desenvolvimento da cidadania e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens Promover a participação dos alunos nas atividades extracurriculares (visitas de estudo, palestras, etc.) Fomentar um ambiente de tolerância e respeito mútuo entre a comunidade escolar Incrementar o trabalho colaborativo entre os docentes Valorizar o papel desempenhado pelo orientador educativo de turma, privilegiando a sua ação pedagógica Detetar eficazmente os alunos com dificuldades de aprendizagem, proporcionando acompanhamento adequado Manter atualizados os registos de assiduidade dos alunos e dar conhecimento aos EE	funcionamento das aulas de apoio Relatórios e balanços das atividades realizadas Inquéritos para recolha de informação Atas de reuniões Relatórios/balanços anuais dos resultados escolares
2. Motivar a participação dos Pais e/ou EE na Escola	Desenvolver uma cultura de maior participação dos Pais e EE nas atividades escolares dos filhos/educandos Solicitar regularmente a colaboração dos Pais e Encarregados de Educação, promovendo o seu envolvimento na vida escolar dos seus filhos/educandos Disponibilizar atendimento a Pais e Encarregados de Educação em horário compatível com os seus horários de trabalho Realizar dias abertos que promovam o	Documentos de informação pedagógica para Pais e EE Documentos de registo de contactos com Pais e EE Inquéritos de satisfação Atas de reuniões Relatórios/balanços anuais

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
	conhecimento da escola Realizar reuniões com os Pais e/ou EE para informação e/ou resolução de problemas Utilizar as novas tecnologias para processamento de informação aos Pais e/ou EE	
3. Promover uma Educação para a cidadania e para a saúde	Consolidação de um projeto de Educação para a Cidadania Dinamização do projeto de Promoção e Educação para a Saúde Implementação de atividades que promovam a consciência ecológica e patrimonial Desenvolvimento de atividades que promovam a aquisição de hábitos de vida saudável Reforçar o envolvimento dos alunos a integrar o Desporto Escolar	Relatórios das atividades Fichas de avaliação das atividades
4. Promover Parcerias/protocolos	Alargar a rede de parcerias com empresas, organismos públicos e câmaras municipais, tendo em vista a realização da Formação em contexto real de trabalho, bem como o apoio à PAP, estágios, visitas de estudo e/ou realização de ações conjuntas Suscitar a participação das empresas para participarem em aulas de demonstração do exercício das suas atividades profissionais	Relatórios de atividades
5. Efetuar o	Facilitar a inserção dos alunos no mercado de trabalho através da publicitação de ofertas de emprego e contacto com os	Registo dos percursos académicos e profissionais dos alunos após a sua saída

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
seguimento do percurso profissional dos diplomados	alunos com os perfis procurados Promover o prosseguimento de estudos, através da divulgação da oferta formativa do ensino superior, com ênfase nos cursos com maior ligação com a escola Apoiar os alunos que se proponham à realização de provas de ingresso no ensino superior Divulgação das atividades da escola aos antigos alunos	da escola Relatórios/balanços anuais
6. Melhorar os Recursos tecnológicos	Atualizar e manter os recursos informáticos (hardware e software) Disponibilizar os recursos tecnológicos para as atividades da escola Prestar apoio informático e suporte, a docentes e a alunos, em questões relacionadas com a utilização da tecnologia em contexto educativo Disponibilizar correio eletrónico institucional a todos os alunos/docentes/não docentes	Inquéritos de satisfação Relatórios de atividades
7. Promover a utilização da BIGeo	Promover hábitos de estudo, trabalho e leitura Promover a realização de trabalhos dos alunos com a utilização dos recursos educativos da BIGeo Promover a utilização do software de gestão bibliotecária, KOHA para suporte das consultas e requisições do acervo da Biblioteca Carregar a base de dados com as monografias	Relatório de atividades da BIGeo

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
	Elaborar o plano de ação da BIGeo	
8. Promover os cursos da Escola	Promover ações que conduzam a uma maior procura por parte da sua população-alvo (jovens que tenham concluído o ensino básico) Cativar e captar candidatos com perfil adequado e sólida formação de base Participar em feiras e outras iniciativas de divulgação de Saídas/Formação e Opções Profissionais Participar na Futurália Publicitar os cursos nos Media	Relatórios de atividades
9. Implementar a Autoavaliação da Escola.	Estudar o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EFP - EQAVET) Aplicar o EQAVET como instrumento de autoavaliação e melhoria do serviço prestado	Relatórios
10. Melhorar o desempenho dos recursos humanos da Escola	Promover formação em supervisão pedagógica, avaliação de pessoal docente e outras áreas para o pessoal docente Promover formação nas áreas de administração e gestão para o pessoal dirigente Promover formação nas áreas administrativa e financeira para o pessoal não docente Incentivar a participação em ações de formação de pessoal docente e de não	Relatórios de atividades de formação

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	AVALIAÇÃO
	docente; Propor ao Centro de Formação da Associação de Escolas Maria de Borges Medeiros (CFMBM) ações para o plano de formação	
11. Diversificar a oferta formativa	Elaborar UFCD na área das Ciências Geográficas Diagnosticar necessidades de formação junto de empresas e entidades públicas, de áreas afins à escola Propor às tutelas um plano anual de formação de ações de curta duração Disponibilização, no sítio da EPCG, de informação sobre as ações de formação Estudar a criação de cursos em e-learning/ b-learning	Relatórios de atividades de formação
12. Melhorar a organização e gestão da escola	Otimizar os fluxos de informação e melhorar a participação dos diferentes agentes educativos Aplicar medidas de acompanhamento e supervisão pedagógicas Envolver os alunos nas tomadas de decisão respeitantes ao seu percurso escolar Desenvolver atividades de promoção da formação integral dos alunos, nomeadamente clubes, visitas de estudo e eventos temáticos Fomentar o trabalho colaborativo e partilhado entre os docentes Divulgar as boas práticas, quer ao nível dos professores quer ao nível dos alunos	Inquéritos de satisfação Relatórios de atividades

VI. OPERACIONALIZAÇÃO

Divulgação

A divulgação do presente projeto deve recorrer aos seguintes meios:

- Apresentação, para discussão, nos diversos órgãos da escola;
- Publicação na página da escola.

Operacionalização

- Regulamento interno;
- Plano anual de atividades.

A elaboração ou adaptação destes documentos deverá estar em consonância com as linhas orientadoras do projeto educativo e refletir os contributos das sucessivas avaliações.

Vigência

O projeto educativo terá uma vigência de três anos letivos.

VII. AVALIAÇÃO

O Projeto Educativo é um documento de planificação estratégica, operacionalizado por outros documentos como o Plano Anual de Atividades e o Regulamento Interno. No final de cada triénio, o Projeto Educativo terá um relatório de avaliação final e dará origem a um novo documento.

Esta avaliação, que se pretende permanente e sistemática, ainda que não formalizada, permite analisar situações, reformular intenções, repensar ações, meios e estratégias sem, no entanto, admitir desvio das intenções fundamentais deste Projeto, ou seja, a melhoria crescente da qualidade da formação ministrada.

Em todas as atividades, o responsável ou responsáveis devem elaborar relatório elucidativo do que foi executado, de que modo foram ou não cumpridos os objetivos e quais os resultados alcançados, aspeto que reportamos de grande importância para implantar uma cultura de responsabilização e de orientação para a produção de resultados mensuráveis e com impacte junto dos destinatários e, em última análise, tenham repercussão junto dos últimos e principais beneficiários da política educativa, os alunos.

Avaliação dos cursos e estudo de novas necessidades de formação

Embora os profissionais formados por esta escola sejam profissionais competentes que rapidamente são absorvidos pelo mercado de trabalho, serão desenvolvidas ações junto dos parceiros institucionais, visando conhecer a situação dos diplomados da EPCG e do grau de aceitação destes profissionais no mercado de trabalho, novas necessidades de formação nos próximos anos, tanto a nível de ações de formação contínua como de criação ou adaptação dos cursos.

Procedimentos de autoavaliação

Além da avaliação do Projeto Educativo que se preconiza, devem ser criados os mecanismos de monitorização da ação educativa que permitam aferir a qualidade do serviço educativo e ajustar as práticas às necessidades da escola. Neste contexto, reportamos como muito importante a mensuração do grau de satisfação das entidades empregadoras relativamente à qualidade dos diplomados pela escola.

Pretendemos, paralelamente, proceder à implementação de sistemas de garantia de qualidade em linha com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (Quadro EQAVET), numa perspetiva de melhoria contínua dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos alunos.

O facto de a escola ser pequena facilita a perceção real dos factos e da reação que os mesmos têm no interior e no exterior, o que leva a que os formalismos sejam, por vezes, deixados para segundo plano, uma vez que se privilegia o contacto direto e em tempo oportuno. A reduzida dimensão da escola permite-lhe ser reativa e proactiva.

Todas as ações/atividades, incluindo a prática letiva, são objeto de relatório e de análise da direção e estruturas de orientação com os professores e, muitas vezes, também com os alunos.

A Direção

Teresa Castel-Branco

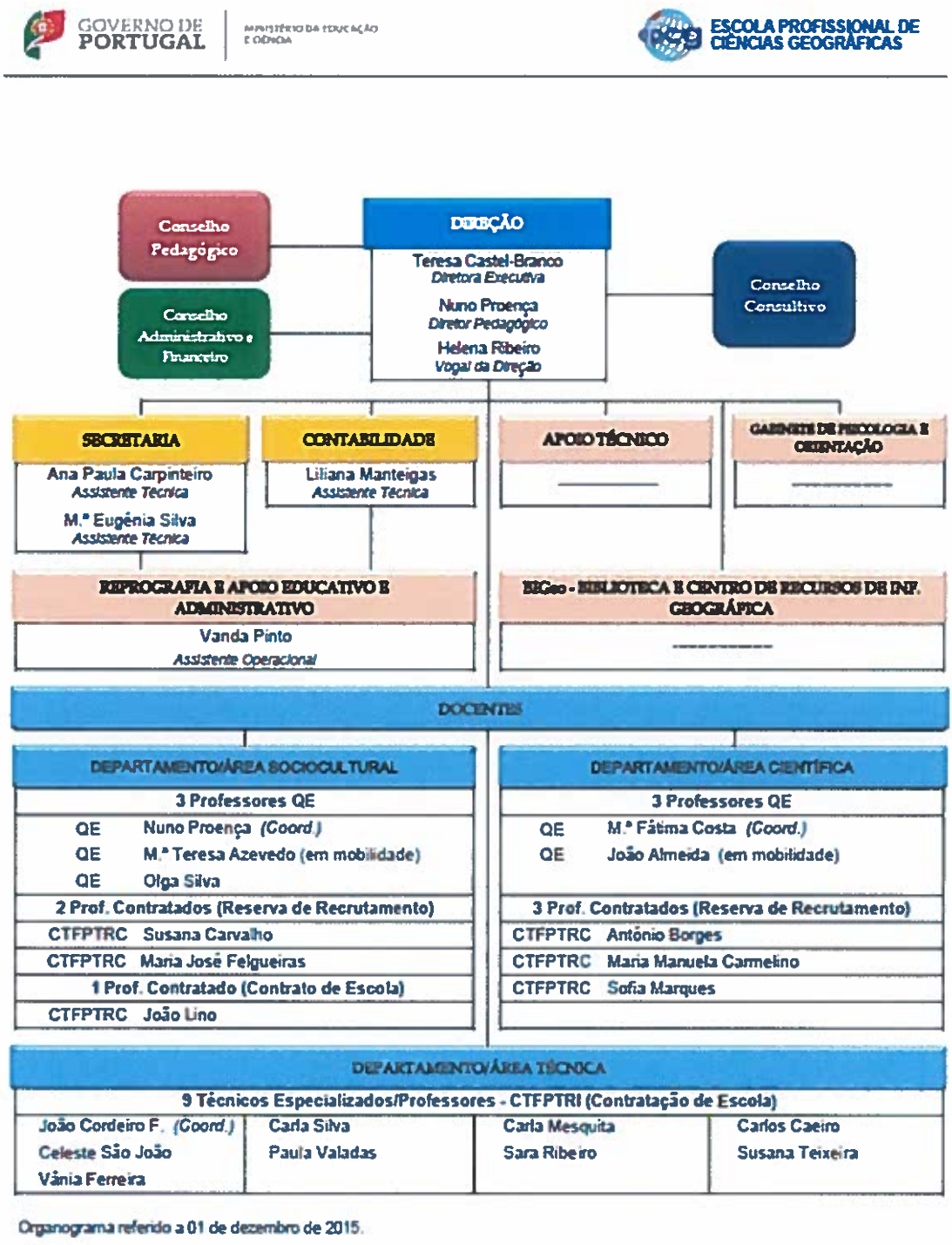
Teresa Castel-Branco

Nuno Proença

Helena Ribeiro

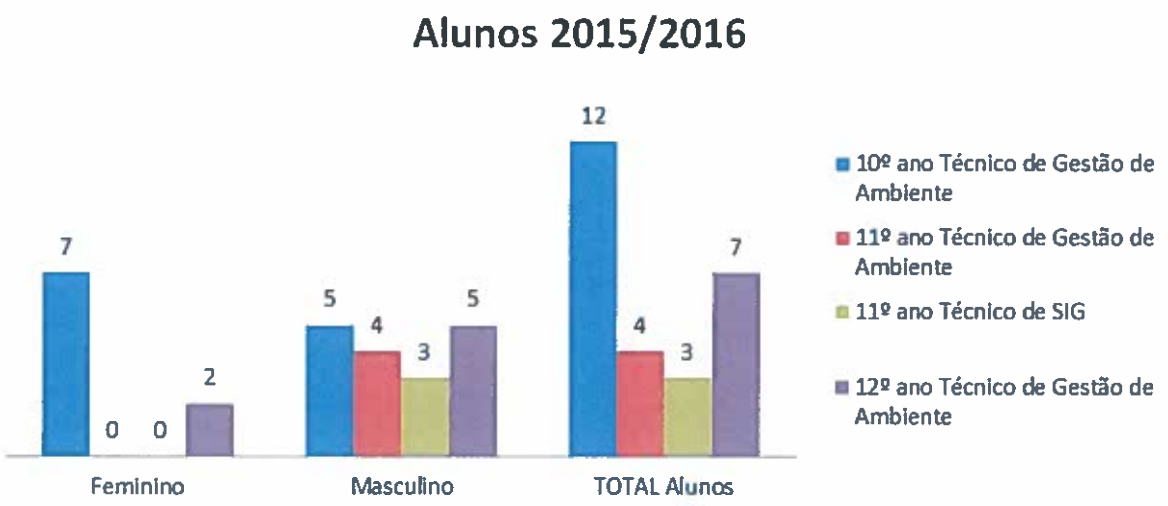
ANEXOS

Anexo 1 – Organograma da EPCG a 1 de abril de 2015

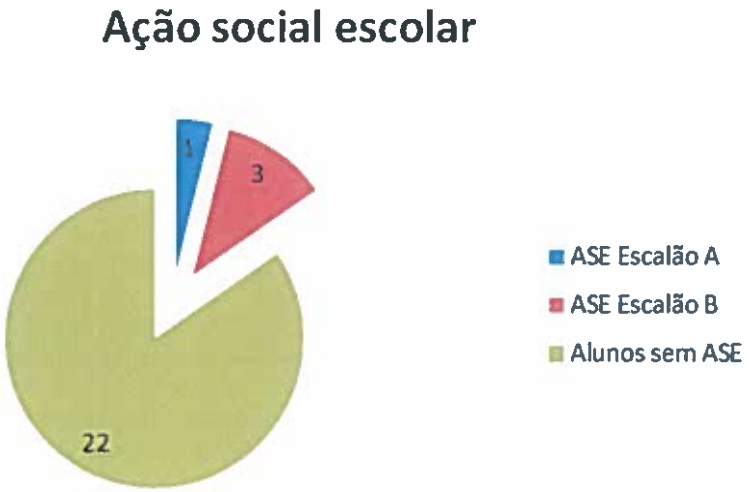


Organograma referido a 01 de dezembro de 2015.

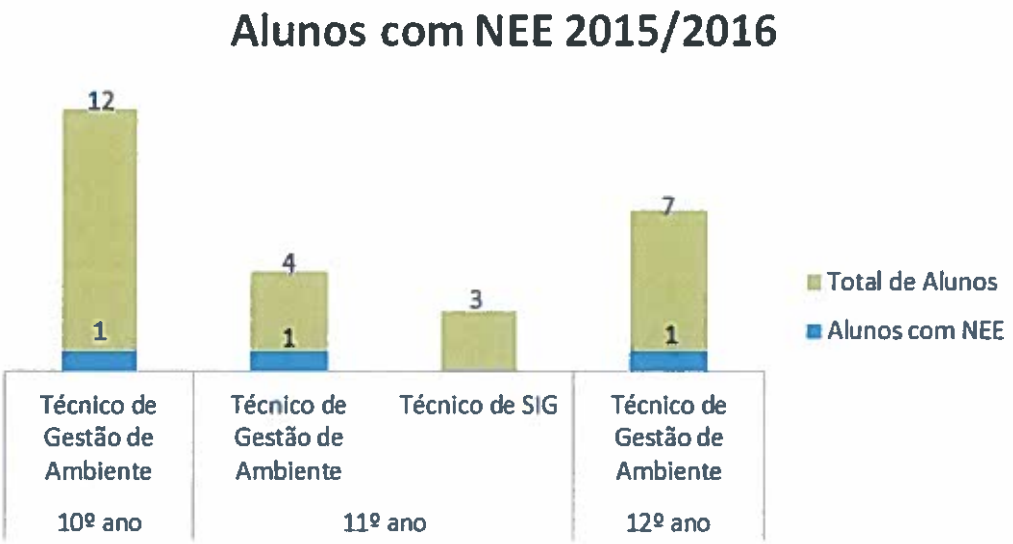
Anexo 2 – Distribuição dos alunos pelos diferentes cursos



Anexo 3 – Alunos com apoio social escolar

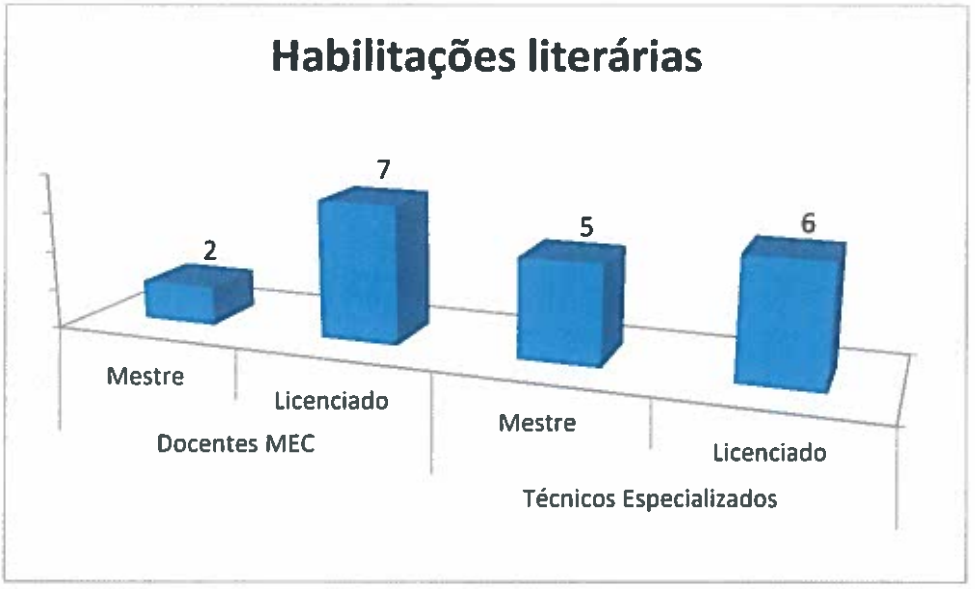


Anexo 4 – Alunos com necessidades educativas especiais

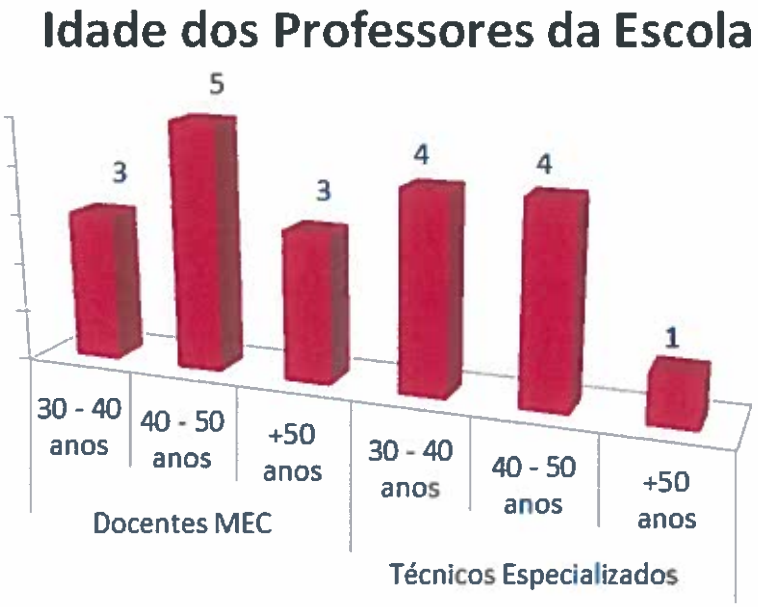
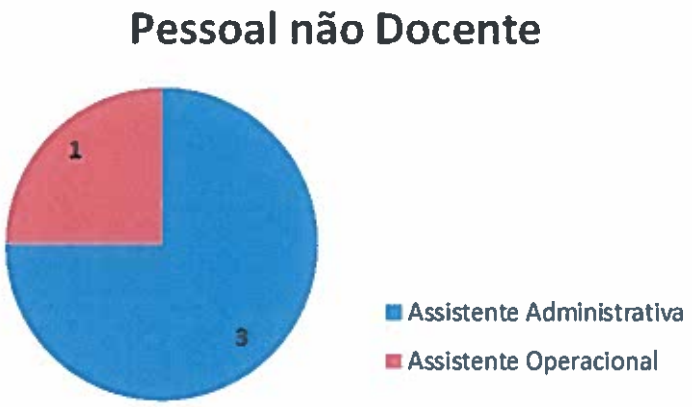


Anexo 5 – Pessoal Docente

Anexo 6 – Habilitações do Pessoal Docente



Anexo 7 – Idade do Pessoal Docente



Anexo 8 – Pessoal não Docente